

CPI já tem o mapa da corrupção

Orçamento
COMISSÃO CONCLUI QUE PARLAMENTARES FORAM INSTRUMENTOS NAS MÃOS DAS EMPREITEIRAS DURANTE CONFECÇÃO DE ORÇAMENTOS



Após 53 dias de investigação, a CPI do Orçamento já tem condições de fazer o desenho dos guichês da corrupção, em Brasília. Os parlamentares descobriram que o lucro na distribuição de propinas passa de 30% e que a corrupção ocorre mais no Executivo do que no Legislativo. A CPI também já sabe que os parlamentares foram meros instrumentos nas mãos das empreiteiras durante a confecção dos Orçamentos passados. "Tenho 72 anos e agora começo a notar que estava sendo usado", afirmou o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Enquanto parlamentares lutavam para aprovar emendas que correspondem a apenas 3% do Orçamento global, aqueles que comandavam o processo dormiam tranquilos, pois as verbas para suas obras já estavam aprovadas e nelas ninguém poderia mexer, pois o projeto já saia do Departamento de Orçamento da União (DOU) praticamente pronto. A construtora Norberto Odebrecht, por exemplo, levou ao DOU, para o Orçamento de 1992, nada menos do que 63 emendas, seis destaques e vinte subprogramas e conseguiu introduzir todas essas propostas, de acordo com os disquetes em poder da CPI.

Os guichês da corrupção mais

procurados ficam na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, localizado a menos de 500 metros da Caixa, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a menos de um quilômetro, e nos ministérios do Bem Estar Social, da Integração Regional, da Educação e dos Transportes, a um quilômetro, e no Congresso, a dois quilômetros da CEF. Todos estes locais podem ser visitados por uma pessoa, no mesmo dia.

A construtora Odebrecht levou ao Orçamento de 1992 63 emendas, seis destaques e vinte subprogramas e conseguiu introduzir todas essas propostas

Nos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Odebrecht, a empresa chegou a registrar o resultado obtido em 1992: "Considerando o projeto do Executivo, relatórios parciais e relatório geral, temos verbas para 152 programas, num total de US\$ 646 milhões". A Odebrecht mostrou exercer influência também no Banco Central, mas suas ações são apenas uma amostra de como

se age no Executivo e no Legislativo. A construtora Queiroz Galvão, por exemplo, destruiu parte dos arquivos de seu escritório em Brasília. Localizados pela Agência Estado numa lixeira, esses dados mostravam os caminhos para os guichês localizados no Ministério da Integração Regional.

Nem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) está livre da corrupção. A CPI já sabe que a maioria das empresas têm condições de conhecer, antecipadamente, os recursos do fundo, seus limites de contratação e o desembolso dos programas por Estado. De acordo com o que já foi apurado, há uma guerra entre as grandes construtoras para disputar o controle do desembolso de seus programas.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) é outro guichê importante. O cargo de relator parcial do DNER é um dos mais disputados dentro da Comissão de Orçamento e já teve seus donos, como os deputados José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Fernando Diniz (PMDB-MG) e agora, Sérgio Guerra (PSB-PE). No Ministério da Agricultura há também um guichê valioso. Nelson Baeta Neves, assessor do Ministério da Agricultura na gestão de Antônio Cabrera, chegou a ser conhecido por "tio" entre os diretores da Odebrecht.

João Domingos/AE